

REQUERIMENTO Número /XII (.ª)

PERGUNTA Número /XII (.ª)

Assunto: Favorecimento e financiamento injustificável do ensino privado em detrimento da escola pública em Gondomar

Destinatário: Ministério da Educação e Ciência

Exma. Senhora Presidente da Assembleia da República

Sob a capa do memorando da Troika o governo tem sujeitado a Escola Pública a uma pressão sem precedentes, colocando milhares de professores no desemprego, reduzindo as equipas de auxiliares nas escolas, aumentando o número de alunos por turma, promovendo processos de autonomização das escolas que de desresponsabilização têm tudo e de emancipação não têm nada. O investimento público em educação em relação ao PIB baixou para os 3,8%, não só muito longe da média europeia como um mínimo histórico que representa o mais grave desinvestimento no futuro do país.

No entanto, as escolas privadas em regime de contrato de associação com o Estado, financiadas por fundos públicos, não só se encontram alheias a esta realidade como estão a ser inexplicavelmente favorecidas pela tutela. Sucedem-se os casos onde na mesma localidade as escolas públicas trabalham abaixo da sua capacidade porque os alunos são absorvidos pelas escolas privadas financiadas pelo Estado. Escolas privadas que, ao contrário das suas congéneres públicas, veem o seu financiamento público aumentar.

Assim acontece no concelho de Gondomar, onde uma escola privada situada a 500 metros de distância de uma escola secundária pública recentemente intervencionada pela Parque Escolar, recebeu este ano letivo 1,2 milhões de euros. Esta escola, gratuita por força do financiamento público, absorveu um número crescente de alunos, reduzindo a taxa de ocupação da escola pública de Gondomar. Para mais, não obedece aos mesmos critérios e obrigações de serviço público, reservando o direito de escolher quem é e quem não aluno da escola ou mesmo de aplicar turmas de nível diferenciado, apresentando por isso resultados artificialmente mais altos do que a escola pública.

Por força do financiamento público a esta escola privada, o governo não só desperdiça o investimento realizado através da Parque Escolar como duplica os seus gastos ao mesmo tempo que desqualifica a escola pública, promove os horários zero e a redução do corpo docente, provoca o êxodo dos bons alunos para o ensino privado e condena a escola pública à irrelevância.



Os efeitos deste favorecimento desleal revelam-se bem no facto de a Escola Secundária de Gondomar se encontrar a funcionar, neste ano letivo, com uma taxa de ocupação de salas correspondente a 60% da sua capacidade total.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério da Educação e Ciência, as seguintes perguntas:

1. Confirma o governo o financiamento à escola privada “Colégio Paulo VI”?
2. Confirma o governo que a Escola Secundária de Gondomar se encontra este ano letivo com uma taxa de ocupação de 60% da sua capacidade?
3. Quantos horários zero foram este ano letivo atribuídos a professores colocados na Escola Secundária de Gondomar?
4. Como justifica o governo não só a sustentação como o aumento do orçamento de financiamento público a uma escola privada na mesma localidade onde existe uma escola pública a funcionar abaixo da sua capacidade?

Palácio de São Bento, 27 de fevereiro de 2013.

**O deputado,
Luís Fazenda**